

NOBRE GUEDES | MOTA SOARES



ASSOCIADOS

NOVIDADES LEGISLATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2017 - Diário da República n.º 25/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-02-03](#)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

É prorrogado o mandato, com efeitos a partir de 6 de fevereiro de 2017, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Artur Neves Pina Monteiro

AMBIENTE

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2017 - Diário da República n.º 23/2017, Série I de 2017-02-01](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Aprova a minuta de renovação do contrato de concessão, em exclusivo, do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, autorizada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015](#), de 21 de setembro

[Decreto-Lei n.º 16/2017 - Diário da República n.º 23/2017, Série I de 2017-02-01](#)

AMBIENTE

Procede à criação, por cisão, do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e da Águas do Douro e Paiva, S. A., do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A.

[PORTARIA N.º 58/2017 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 26/2017, SÉRIE I DE 2017-02-06](#)

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Aprova o Regulamento de candidatura e pagamento das ajudas, apoios, prémios e outras subvenções a efetuar pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), no âmbito das medidas definidas a nível nacional e europeu para a agricultura, assuntos marítimos e pescas e setores conexos

AGRICULTURA E MAR

[Portaria n.º 53/2017 - Diário da República n.º 24/2017, Série I de 2017-02-02](#)

MAR

Alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos

[Portaria n.º 54-A/2017 - Diário da República n.º 25/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-02-03](#)

MAR

Estabelece limitações à captura e descarga de biqueirão (*Engraulis encrasicolus*) durante o mês de fevereiro

[Portaria n.º 58/2017 - Diário da República n.º 26/2017, Série I de 2017-02-06](#)

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Aprova o Regulamento de candidatura e pagamento das ajudas, apoios, prémios e outras subvenções a efetuar pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), no âmbito das medidas definidas a nível nacional e europeu para a agricultura, assuntos marítimos e pescas e setores conexos

[Portaria n.º 66/2017 - Diário da República n.º 31/2017, Série I de 2017-02-13](#)

MAR

Décima segunda alteração do Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto, terceira alteração da [Portaria n.º 629/2009](#), de 8 de junho, e segunda alteração da [Portaria n.º 171/2011](#), de 27 de abril

[Portaria n.º 73/2017 - Diário da República n.º 37/2017, Série I de 2017-02-21](#)

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Procede à quarta alteração da [Portaria n.º 268/2015](#), de 1 de setembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3., «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020



[Portaria n.º 85-A/2017 - Diário da República n.º 40/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-02-24](#)

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Procede à terceira alteração à [Portaria n.º 31/2015](#), de 12 de fevereiro, alterada pela [Portaria n.º 249/2016](#), de 15 de setembro e pela [Portaria n.º 2/2017](#), de 2 de janeiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

[Portaria n.º 86/2017 - Diário da República n.º 41/2017, Série I de 2017-02-27](#)

FINANÇAS E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Portaria que fixa as taxas devidas pelos serviços prestados e encargos associados referentes às áreas dos pedidos relativos a limites máximos de resíduos, da colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e adjuvantes, e da distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2017 - Diário da República n.º 37/2017, Série I de 2017-02-21](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Autoriza a realização da despesa decorrente da contratação centralizada de serviços de viagens, transportes aéreos e alojamentos para a área governativa dos negócios estrangeiros

SAÚDE

[Portaria n.º 52/2017 - Diário da República n.º 24/2017, Série I de 2017-02-02](#)

SAÚDE

Segunda alteração da Portaria n.º 194/2014, de 30 de setembro, alterada pela Portaria n.º 195/2016, de 19 de julho, que estabelece o conceito, o processo de identificação, aprovação e reconhecimento dos Centros de Referência Nacionais para a prestação de cuidados de saúde, designadamente para diagnóstico e tratamento de doenças raras.

[Decreto-Lei n.º 18/2017 - Diário da República n.º 30/2017, Série I de 2017-02-10](#)

SAÚDE



Regula o Regime Jurídico e os Estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde com a natureza de Entidades Públicas Empresariais, bem como as integradas no Setor Público Administrativo

[Portaria n.º 75/2017 - Diário da República n.º 38/2017, Série I de 2017-02-22](#)

SAÚDE

Segunda alteração à [Portaria n.º 340/2015](#), de 8 de outubro, alterada e republicada pela [Portaria n.º 165/2016](#), de 14 de junho, que regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais e as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos

JURISPRUDÊNCIA

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2017 - Diário da República n.º 24/2017, Série I de 2017-02-02](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: os processos de impugnação judicial no âmbito da concessão de asilo ou proteção subsidiária, configuram-se, nos termos do artigo 84.º da [Lei n.º 27/2008](#), de 30/06, como processos gratuitos

[Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º 38/09.2BELSB, de 02 de fevereiro de 2017](#)

Tribunal Central Administrativo Sul

O TCA Sul decidiu que o atraso na decisão de processos judiciais, quando viola o direito a uma decisão em prazo razoável, é um facto ilícito, gerador de responsabilidade civil do Estado.

Não revestindo os autos de recurso contencioso de anulação especial complexidade ou dificuldade, nem tendo a tramitação dos mesmos, até à conclusão para prolação de sentença, registado qualquer entrave, não pode deixar de se concluir que ultrapassou o prazo razoável o processo que, até à obtenção de uma decisão em primeira instância, durou cerca de 8 anos.

[Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, processo n.º 20002/16.4BCLSB, de 09 de fevereiro de 2017](#)

Tribunal Central Administrativo Sul

Nos termos do artigo 368º do Código Civil as reproduções fotográficas fazem prova plena dos factos e coisas que representam, se a parte contra quem os documentos são apresentados não impugnar a sua exactidão. A fotocópia simples incluiu-se na previsão do artigo 368º do Código Civil. À parte contra quem são apresentadas bastará impugnar a exactidão da representação para que não lhes seja reconhecido valor de prova plena, ficando a sua eficácia probatória dependente da livre apreciação do juiz.



CONTACTOS

RUA BRAAMCAMP, 90, 3º DTO. TEL: 210 900 300

1250-052 LISBOA FAX: 210 900 399

EMAIL: ngms@ngms.pt